



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: ALTERNATIVAS EMANCIPATÓRIAS DE GRUPOS
SOCIAIS EXCLUÍDOS

Roque Ademir Favarin

prafavarin@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) são "poupanças" coletivas constituídas com recursos financeiros, cuja finalidade é basicamente viabilizar atividades econômicas e formativas de grupos sociais excluídos ou de empreendimentos econômicos solidários. Os recursos que circulam nos FRS podem ser financeiros, sementes, animais entre outros e são geridos por uma entidade da sociedade civil (associações comunitárias), que geralmente articula-se com redes de movimentos sociais. Os FRS originam-se em diversas experiências microfinanceiras como bancos comunitários, cooperativas de crédito, caixas populares, moedas sociais, etc. Na última década houve um crescimento destas práticas no Brasil como revelou o "Mapeamento dos Fundos Solidários" (2011 e 2013). Através deste Mapeamento, promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, foram cadastrados 539 FRS em todo o Brasil. Embora haja grande diversidade de formas de funcionamento, em linhas gerais, identificou-se que a maioria estão na área rural, em comunidades camponesas. Estão em maior número na região Nordeste e abrangem uma atuação ao nível local (comunitário). A questão que se discute neste artigo é como esta prática de Finanças Solidárias pode contribuir para a organização social dos excluídos em vista da sua emancipação tanto política quanto humana? A análise teórica baseia-se inicialmente na compreensão de "emancipação política e humana", da obra do jovem Marx, "*Sobre a Questão Judaica*". Embora tais categorias situam-se ainda no início da produção intelectual marxista, já apresenta as relações paradoxais entre o poder do Dinheiro (Finança), a emancipação política (nos limites do Estado e sociedade burguesa e capitalista) e a construção da emancipação humana. Em relação aos FRS, revelou-se uma "base social" muito diversa constituída em vários grupos sociais como camponeses, quilombolas, indígenas, jovens, mulheres, artesãos, trabalhadores em geral. A viabilidade dos FRS está diretamente relacionada com a construção de rede de movimentos sociais. E nesta perspectiva conseguem avançar mais na emancipação política como conquista de direitos e resistência às lógicas do mercado financeiro capitalista, embora com muitas fragilidades e dificuldades. Divide-se este artigo em três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira parte, aborda-se os conceitos de emancipação política e humana em Marx. A segunda, realiza-se uma discussão do conceito de rede sociais do ponto de vista sociológico. E na terceira, apresenta-se como os FRS funcionam e como se organizam a partir dos diversos grupos sociais. Principalmente, no aspecto da gestão dos FRS, apresentam um aspecto metodológico, de modo geral, em que a participação direta dos beneficiários é um exercício e aprendizagem de democracia, como práticas emancipatórias.

Palavras-Chave: Fundos Rotativos Solidários. Finanças Solidárias. Redes Sociais. Emancipação política e humana



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

Solidarity Rotating Funds (SRF) are collective "savings" constituted with financial resources, which purpose is basically to enable economic and formative activities of excluded social groups or solidary economic enterprises. Resources that circulate in SRF can be money, seed, animal, among others, and they are managed by a civil society entity (community associations), which is usually articulated with social movement networks. The SRF is originated by diverse microfinance experiences, such as: community banks, credit unions, popular saving banks, social currencies, etc. In the last decade there has been a growth of these practices in Brazil as revealed by the "Mapping of the Solidary Funds" (2011 and 2013). Through this Mapping, promoted by the National Secretariat of Solidary Economy, 539 SRF were registered throughout Brazil. Although there is a great diversity when it comes to its ways of functioning, in general terms, it was identified that most of the Funds is in the rural area, in peasant communities. In the Northeast region, they are in greater numbers and they work mainly in the local community. The issue that is discussed in this article is: How could this Solidarity Finance practice contribute to the social organization of those who are excluded in regard of their political and human emancipation? The theoretical analysis is based initially on the understanding of "political and human emancipation", present in the work of the young Marx, "On the Jewish Question". Although these categories are still at the beginning of Marxist intellectual production, they already present the paradoxical relations between the power of Money (Finance), political emancipation (within the limits of the state, bourgeois and the capitalist society) and the construction of human emancipation. In relation to the SRF, a very diverse "social base" has been revealed. It is constituted in several social groups such as peasants, *quilombolas* (maroons), indigenous, young, women, craftsmen and workers in general. The viability of the SRF is directly related to the construction of a social movement network. In this perspective they are able to advance more in political emancipation in the form of conquest of rights and resistance to the logics of the capitalist financial market, albeit with many frailties and difficulties. This article is divided into three parts, in addition to the introduction and final considerations. In the first part, the concepts of political and human emancipation according to Marx theories are discussed. In the second one, a discussion of the social network concept is carried out from the sociological point of view. And in the third one, it is presented how the SRF works and how it is organized from the different social groups, mainly in the management aspect of the SRF, they present a methodological angle, in which the direct participation of the beneficiaries is an exercise and learning of democracy, as emancipatory practices.

Keywords: Solidarity Rotating Funds; Solidary Finances; Social Networks; Political and Human Emancipation.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) se caracterizam como “poupanças coletivas”, cuja finalidade é fomentar projetos econômicos de grupos sociais e modos alternativos de produção ou serviços, através de “empréstimos” de baixos valores e, em condições mais acessíveis. Os recursos que compõem tais poupanças são captados por entidades da sociedade civil, geralmente associações comunitárias, que se encarregam da gestão dos recursos “emprestados”.¹

Os FRS inserem-se num conjunto de formas não convencionais, recentemente denominado de finanças solidárias. Um passo importante para conhecê-los foi através do “Mapeamento dos Fundos Solidários”², realizado entre 2011 a 2013. A partir deste, foram conhecidos 539 Fundos Solidários, entre outras informações, descobriu-se que em relação à abrangência territorial, os FRS estão quase em todo o Brasil (em 25 de 27 unidades da federação/estados), sendo na região Nordeste situam-se a maior parte (63,82%, Cf.Tabela n. 01)

Tabela 1 Abrangência territorial dos Fundos Solidários no Brasil

Região	Nº FRS	%	Estados c/ FRS
Nordeste	344	63,82	9
Centro-Oeste	85	15,76	4
Sudeste	48	8,90	4
Sul	38	7,05	3
Norte	24	4,45	5
TOTAL	539	100	25

Fonte: Mapeamento - 2011-2013. Elaboração própria.

¹ Esta é uma descrição preliminar, no sentido de partir de um conceito que possa abranger proximamente a diversidade e a multiplicidade de formas, e de buscar diferenças e semelhanças destas práticas ditas solidárias em relação a outras formas convencionais de crédito e poupança. Há outras definições similares. (Cf. Gonçalves, 2010; Gussi et al, 2012; Oliveira, 2011, Rahmer, 2015)

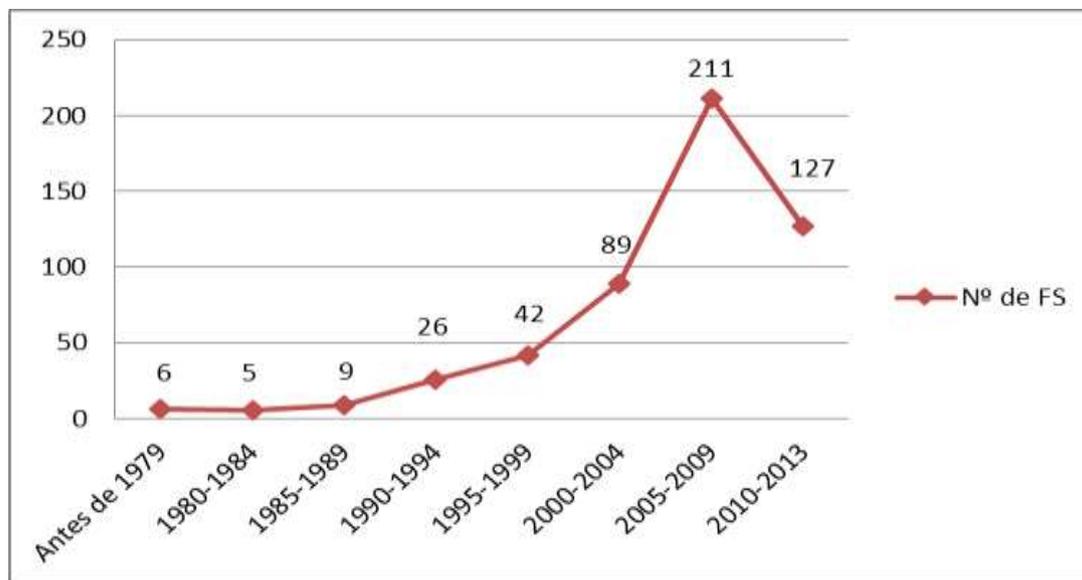
² Foi realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidaria (SENAES), órgão governamental criado no Brasil pelo governo Lula em 2003, subordinada ao Ministério de do Trabalho e Emprego. O mapeamento foi coordenado nacionalmente pela Cáritas Brasileira e por outras entidades: a Fundação Esquel para mapeou os Fundos da região Nordeste e Norte, o Centro de Formação Multiprofissional (CAMP), da região Sul, o Programa Providência, do Centro-Oeste e a Cáritas Brasileira Regional São Paulo do Sudeste. Os pesquisadores, contratados por estas entidades, realizaram visitas *in loco*, entrevistaram membros de equipes gestoras e/ou responsáveis pela administração dos Fundos preenchendo um instrumental próprio.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Outro aspecto é que ocorreu um aumento destas iniciativas a partir de 2005 (Gráfico 1) devendo-se à conquistas da Economia Solidária e de ações governamentais realizadas nesta área, a exemplo do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (cf. Gussi *et. Al.*, 2012). Neste programa foi utilizada a tecnologia de cisternas a partir dos FRS como uma das “estratégias de convivência com o semiárido”³. Programa desenvolvido por uma rede de entidades e movimentos sociais chamada de Articulação do Semiárido (ASA)⁴ (Oliveira, 2011, p. 168).

Gráfico 1 Número de Fundos Solidários Brasil por data de instituição - 1980-2012



Fonte: Mapeamento – 2011-2013 Elaboração própria.

As categorias teóricas utilizadas para este trabalho baseiam-se mais a partir da “prática social” que propriamente da produção acadêmica. Os FRS apresentam como característica

³ Os FRS são uma metodologia que contribui para implantação das cisternas premiada recentemente pela ONU, que respeita a autonomia das comunidades. (Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/571000-programa-cisternas-um-exemplo-de-politica-publica-que-teve-origem-na-sociedade-civil-entrevista-especial-com-valquiria-lima>> Acesso 27 agosto de 2017)

⁴ “A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos nove estados que compõem o Semiárido Brasileiro: AL, BA, CE, PE, PB, PI, SE, RN e MG.” Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97> Acesso em 23/06/2015



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

principal a “devolução de recursos”, ou seja, atuam como “empréstimos” para fomentar atividades econômicas de empreendimentos solidários ou de participantes da sua comunidade (rural) ou bairro (urbano). Os FRS monetários, são os que “movimentam recursos financeiros; e os não-monetários trabalham com outras formas de valores, a exemplo de casas de semente, repasse de animais, devolução em produtos ou serviços.” (Fundos, 2015, p. 11). Sobre este aspecto identificou-se outros detalhes, a exemplo de como certos FRS “repassaram” recursos monetários (empréstimos), porém condicionam a devolução para constituir outro Fundo Rotativo Comunitário. (Rahmer, 2015, p. 01; Cartilha, 2012, p.22-23).

A partir desta categorização descobriu-se que os Fundos Rotativos monetários representam 50,09% (Sementes 15,02% e Animais 3,34%) e os Fundos Solidários (sem devolução) 19,48% do total de Fundos mapeados.

Em relação ao funcionamento dos diferentes fundos pode-se identificar quatro aspectos básicos dos FRS: a) relacionado às fontes de recursos; b) os empréstimos⁵: refere-se aos usuários ou prestatários. c) as formas de devolução solidária dos recursos; d) e os modelos de gestão dos FRS. (Ilustração. N. 01).

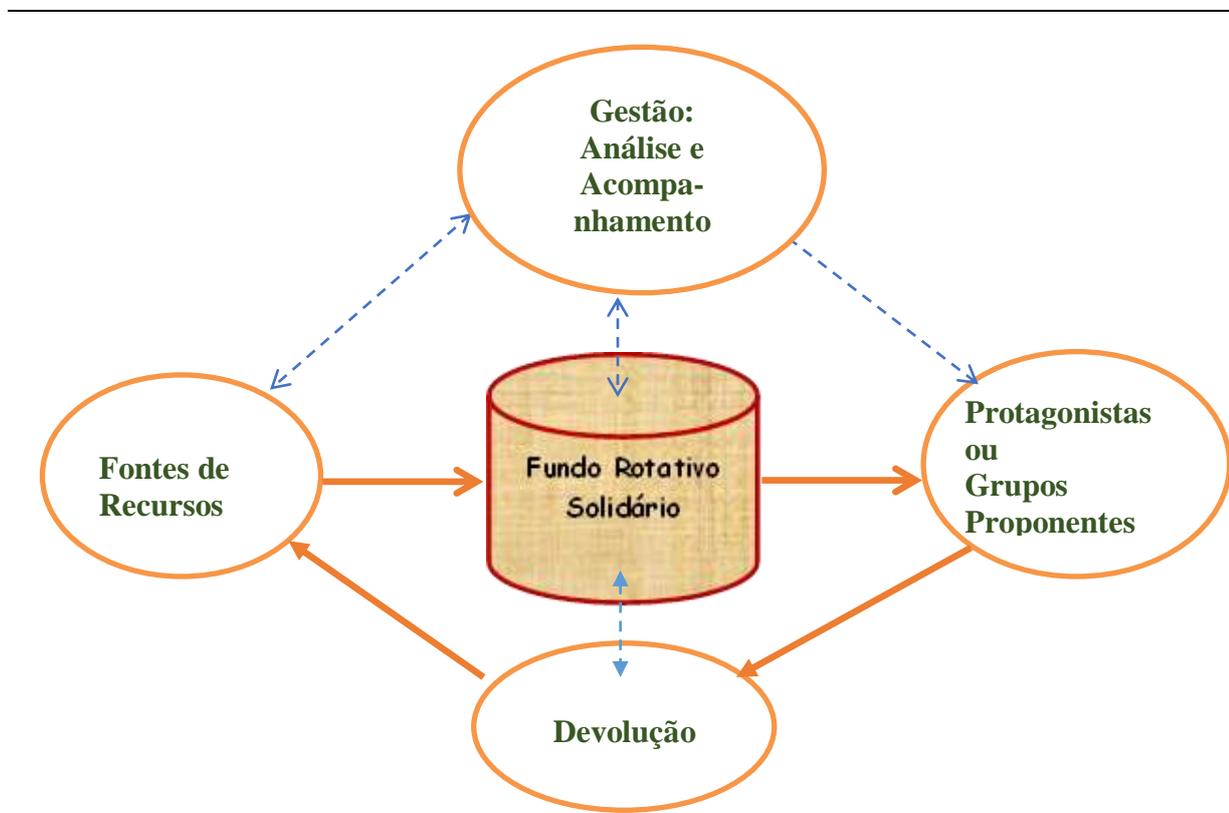
Um estudo pioneiro sobre este tema foi realizado por Oliveira (2011) onde constatou que os FRS “constituem um verdadeiro processo pedagógico e político de organização e não simplesmente uma operação econômica” (p.131). Esta ideia serviu de inspiração para entender o significado social destas iniciativas. A questão que se apresenta é como esta prática conhecida como Finanças Solidárias contribui para a organização social dos trabalhadores em vista da sua emancipação tanto a política quanto a humana? A compreensão de “emancipação política e humana”, baseia-se na obra do jovem Marx, *Sobre a Questão Judaica*. Embora tais categorias situam-se ainda no início da produção intelectual marxista, já se apresentou as relações paradoxais entre o poder do Dinheiro (Finança), a emancipação política (nos limites do Estado e sociedade burguesa) e a emancipação humana

⁵ No mapeamento utilizou-se o termo “repassar”, mas neste trabalho, optou-se pela forma convencional “empréstimo” por facilitar a compreensão, e para não confundir com “doação” que não é o caso dos FRS.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Ilustração 1 Fluxograma dos Recursos num Fundo Rotativo Solidário



Fonte: Elaboração Própria

Legenda:

 Fluxo de Informações
 Fluxo de Recursos

Em relação aos FRS, descobrimos uma “base social” muito diversa constituída em várias grupos sociais como camponeses, quilombolas, indígenas, jovens, mulheres, artesãos, trabalhadores em geral. Por outro lado, sua emancipação articula-se com a construção de “rede de movimentos sociais” situando-se mais na ideia de emancipação política como conquista de direitos e resistência às lógicas do mercado financeiro capitalista, embora com muitas fragilidades e dificuldades.

Este artigo baseia-se em pesquisa para a tese de doutorado que está na sua fase conclusiva. Os procedimentos metodológicos adotados foram a partir de pesquisa bibliográfica e a documental nos dados do Mapeamento além da participação direta do autor em várias atividades, reuniões, encontros referente ao tema.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Primeiramente buscou-se nos 539 formulários do mapeamento, selecionando os fundos que praticam a devolução monetária, os 270 FRS, deixando as Entidades de Apoio a Fundos Solidários (EFAs) e os FRS não monetários

Para atender os objetivos deste artigo divide-se em três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira, aborda-se os conceitos de emancipação política e humana em Marx. A segunda, realiza-se uma discussão breve do conceito de rede sociais do ponto de vista sociológico. E na terceira, apresenta-se como os FRS funcionam e como se organizam a partir dos diversos grupos sociais, de modo geral, em que a participação direta dos beneficiários é um exercício e aprendizagem de democracia, como práticas emancipatórias.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

II. A solidariedade no horizonte da emancipação política e humana

Um dos fundamentos para compreensão teórica dos FRS baseia-se na conceito de emancipação⁶ inserindo aí a solidariedade, diferenciado-a das práticas assistencialistas que indiretamente reproduzem as relações sociais de dependência ou de dominação. A solidariedade nesta perspectiva passa a ser vista como superação de relações de exploração inclusive no campo econômico, e as finanças como uma de suas formas.

A compreensão de “emancipação política e humana” foi discutida no início da atividade intelectual de Marx, em *Sobre a Questão Judaica (1843)*. Neste artigo apresentou possíveis relações paradoxais entre emancipação política (EP) nos limites do Estado burguês (capitalista) e a construção da emancipação humana (EH). O poder do Dinheiro já apareceu aí, com seu “papel” na construção do Estado e da sociedade buguesa. Discussão que irá desenvolver e aprofundar nas obras posteriores como nos *Grundrisse*, na *Contribuição a Crítica da Economia Política* e, mais elaboradamente, n’ *O Capital*. No entanto, seu projeto intelectual estava incipiente como ele descreve posteriormente⁷ e a importância da classe proletária para a transformação da sociedade burguesa aparece após estes trabalhos. Segundo Bensaid (2011) “desde 1844 não se tratava de refazer o caminho da revolução francesa, e marchar sobre seus rastros, mas de empreender uma revolução inédita, inaudita, sem precedente. Não se trata somente obter emancipação política mas de atingir a emancipação humana” (p.16). O conceito de emancipação, nunca deixou de ser o “pano

⁶ Expressão emancipação pode ser identificado por outros termos como autonomia, autogestão, libertação. Tem-se utilizado também “empoderamento” principalmente pelo microcrédito. Tal conceito aproxima-se ou pode se confundir com a visão liberal que através de aumento da renda os pobres se empoderam (Rego & Pinzani, 2013, p. 69-84) ou se desenvolvem pela “ampliação da liberdade individual” (Sen, 2000, p.16-26; 121-132)

⁷ No *Prefacio da Contribuição a Crítica da Economia Política*, Marx (2008) apresenta o plano de sua obra: “Examino o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial... as três grandes classes nas quais se divide a sociedade burguesa. A primeira seção do primeiro livro, que trata o capital, se compõe os seguintes capítulos: a mercadoria; o dinheiro ou a circulação simples; o capital em geral. Os dois formam o presente neste volume.” (p. 45) Além disto, explica que começou a estudar economia política desafiado pelos assuntos da revista *Gazeta Renana*. Apresenta um resumo de sua trajetória desde este período (1844) (Lessa, 2007, p.37)



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

de fundo” ou projeto que perpassou toda a discussão teórica marxista, embora ficou pouco desenvolvida na teoria marxista.

Neste artigo, Marx não estava apenas “refutando as teses de Bruno Bauer acerca do direito do povo judeu à liberdade religiosa, mas acima de tudo, afirmando este direito e, ao mesmo tempo, assinalando seu limite histórico” (Lessa, 2007, p.36). ou seja, EP não se restringe a superação do feudalismo, mas, é também a superação dos fundamentos sociais dos modos de produção pré-capitalistas, denominado como “feudalidade”. (Lessa, 2007, p.48)

A EP é a conquista de um patamar de liberdade que se dá, por necessidade histórica, ‘por meio do Estado’ é este o máximo que pode fazer, é regular a propriedade privada, a exploração do homem pelo homem e nunca superar a ambos.

A luta da classe explorada ou do proletariado, de acordo com esta interpretação, não poderia ser por meio do Estado para a manutenção de direitos apenas, mas sim a construção de uma sociabilidade no qual os ‘direitos’ individuais e propriedade privada sejam superados (...) e a sociedade comunista seria esta sociabilidade, onde aconteceria a emancipação humana. Não se trata de lutar pela abolição dos direitos criados e mantidos por meio do Estado já que é uma imposição histórica da qual os revolucionários, os emancipadores humanos não tem como se furtar. A questão é de qual perspectiva defender os direitos para acumular forças em vista da EH?

Esta discussão adquire importância por colocar os FRS como uma das formas de conquistar a EH. Talvez não de maneira explícita como uma luta pelo comunismo em termos marxianos (1843), mas como uma estratégia de construção de sociabilidade baseada nos princípios da solidariedade que perpassa as relações econômicas, políticas sociais e culturais. Embora seja mais uma estratégia de movimentos sociais e organizações não estatais, as entidades gestoras dos FRS articulam-se para ampliar a conquista de direitos ao cidadão, dentro do Estado burguês e na sociedade capitalista. Percebeu-se que os FRS ainda limita-se a EP na linha de conquista de “direitos” ou como acesso a política públicas ou programas governamentais no campo da assistência social.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

III. Os FRS: sua relação com os movimentos sociais

Esta pesquisa revelou que os FRS são iniciativas preponderantemente da sociedade civil e constituem-se numa trama de organizações, como as principais fomentadoras deste tipo de finanças alternativas, denominada Solidária. Dito de outro modo, não são iniciativas do poder público, nem de empresas privadas ou mesmo instituições financeiras, em que pese apoio financeiro de todos estes agentes.

Tabela 2 Número de entidades gestoras de FRS – Brasil

Entidade gestora	Urbana		Rural		Mista*		TOTAL	
	N	%	N.	%	N	%	N	%
Associação comunitária	11	4,07	105	38,88	5	1,85	121	44,81
Outra associação	12	4,44	40	14,81	2	0,74	54	20,00
Grupo informal	12	4,44	39	14,44	2	0,74	53	19,62
Sindicato	2	0,74	3	1,11			5	1,85
Cooperativa	1	0,37	10	3,70			11	4,07
Pastoral/entidade religiosa	5	1,85	15	5,55	6	2,22	26	9,62
Total	43	15,92	212	78,51	15	5,55	270	100,00

Fonte: Mapeamento 2011-2013, Elaboração própria *Abrangência rural e urbana.

Sob ponto de vista formal e jurídico predominam as “associações comunitárias” como gestoras de FRS com 121 participações, representando 44,81% dos casos. E “outra associação” isto é, entidades com abrangência geográfica maior, representam mais de 20%. As cooperativas e sindicatos possuem uma baixa participação, representando 4,07% e 1,85%, respectivamente. As entidades religiosas participam praticamente com 10%. Os grupos informais representam 19,62%. Acrescenta-se que no geral há um grau de formalidade ou institucionalidade dos FRS elevado chegando a 80,38% (a exceção dos “grupos informais”). (Tabela 2)

A forma jurídica “Associação” é a mais adotada no meio rural, por suas vantagens institucionais, sociais e políticas, pela facilidade e simplicidade. Em geral, uma associação se constitui a forma mais simples, do ponto de vista formal e legal para executar um projeto de tipo produtivo ou econômico.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Conforme Nantes; Scarpelli (2011) apontou, o “associativismo” é “a ação coletiva mais vantajosa para a viabilidade econômica, e uma estratégia fundamental para a permanência dos agricultores na atividade”. (p.692)

Já a importância comunitária, no ambiente rural, da região Nordeste

Sabourin (2009), afirmou que podem ser caracterizadas sob três aspectos: i) o parentesco: em geral os membros das comunidades são descendentes de um ancestral comum, fundador ou primeiro proprietário da ex-fazenda. ii) a localidade: a maioria das comunidades no Nordeste se origina do desmembramento ou da divisão de grandes fazendas, herdadas por sua vez das sesmarias. (...) estas grandes fazendas tinham escravos negros mesmo no interior do nordeste. Alguns preferiram, fugir para os quilombos isolados. iii) a reciprocidade: “entendemos a dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social, identificado por Mauss (1924). (p.51)

Assim, a preferência por “Associações comunitárias” como entidades gestoras de fundos, leva em consideração estas vantagens da inserção dos participantes em todas as etapas da gestão, e facilita a criação dos Fundos Rotativos comunitários.

As diferenças fundamentais situa-se entre as variações de associação com estrutura hierárquica e com estrutura “horizontal”, na perspectiva de organizações em rede (Sherer-Warren, 2008). Nos últimos anos vem se desenvolvendo na sociologia a perspectiva de “análise de redes sociais” (ARS) enfocando interações entre grupos sociais e classes⁸. “Neste sentido a ARS contribui para evidenciar relações e coordenações não identificadas previamente. Constitui-se assim uma *metodologia específica para o estudo das relações sociais*” (Minella, 2013, p. 188)

Os FRS é uma ação de entidades sociais, brasileiras articuladas com algumas ONGs estrangeiras conforme a Ilustração 3. Esta articulação com a cooperação internacional se dá como apoio financeiro para grande partes das ações de ONGs gestoras de FRS no Brasil, aqui apontada como

⁸ Para um aprofundamento sobre a metodologia análise de redes sociais sugere-se Minella, 2013, Jacobs, Scott, Miz-ruchi (1996) Molina & Schmidt 2003; Swedberg 1990, entre outros



Fonte de recursos. Exemplo: o Banco do Nordeste (BNB) foi uma fonte importante para este período, repassando recursos para estas entidades que fomentam FRS. Há uma grande diversidade destas opções estrangeiras onde Heiffer, Misereor e Disop são as que, em 2010, enviaram recursos para mais de uma entidade brasileira. Estas fontes estrangeiras são ONGs internacionais, maioria europeias e criadas por Igrejas cristãs. Em contrapartida as ONGs brasileiras encontram na cooperação internacional o apoio que por vezes não encontraram no Estado brasileiro.

IV Base social dos FRS: os Grupos Participantes

Além destas relações apontadas do ponto de vista das entidades sociais, a análise dos FRS pode ser feita a partir dos grupos sociais, em que torna-se mais relevante seu papel emancipatório. “Grupo Social” entendido a partir da formação de uma identidade sócio-cultural-territorial que provém das articulações em rede de movimentos sociais. Por outro ângulo teórico,

Oliveira, (2011, relacionou a prática de FRS com conceito de “ação coletiva”: Exemplificada por um tipo de **ação coletiva** desenvolvida em Mandacaru, Soledade e Cariri é, na verdade, fruto de um movimento social de origem camponesa, que vem unindo atores sociais das mais diversas orientações (...) Portanto, camponeses, entidades, organizações, Coletivos e Rede ASA são expressões concretas do tipo de ação que a cooperação e a gestão de bens comuns podem gerar. (g.n) (p.187)

A classificação inicial adotada no mapeamento embora apresente uma diferenciação fundamental e interessante (na Tabela 2) do ponto de vista sociológico, é insuficiente para perceber a contribuição dos FRS. Em outras palavras, revelam superficialmente seu “caráter social” e as relações subjacentes. Por causa disto, a classificação por “grupos sociais” e suas articulações com as entidades jurídicas se apresentou mais adequada, como descreve-se adiante. (Cf Tabela 4)



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 3 Número e percentagem de FRS por Grupos Sociais - Brasil 2011-2013

FRS de Base/ comunitários	N. FRS	%/total
FRS Rural		
1.1 Agricultores/as Familiares	142	52,59
1.2 Assentados/as	13	4,81
1.3 Agricultores agroecológicos	4	1,48
1.4 Apicultores	7	2,59
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2,22
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	0,74
1.7 Quilombolas	5	1,85
1.8 Hortifruticultores	4	1,48
1.9 Indígenas	3	1,11
1.10 Extrativista	3	1,11
1.11 Pescadores	2	0,74
1.12 Quebradeiras de Coco	2	0,74
Subtotal	193	71,48
FRS de base no meio urbano		
2.1 Artesãos	15	5,56
2.2. Costureiras	6	2,22
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	1,85
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	1,48
2.5 Catadores	2	0,74
2.6 Afrodescendentes	1	0,37
SubTotal	33	12,22
TOTAL FRS Base	226	83,70
FRS de Fomento		
3.1 Economia Solidária	8	2,96
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	2,59
3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	6,30
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	3,33
3.5 FRS (Luteranos)	2	0,74
3.6 FRS Ecumênico	1	0,37
Total FRS Fomento	44	16,30
TOTAL	270	
%/Total		100,00

Fonte Mapeamento 2011-2013 Elaboração própria



A maioria dos FRS comunitários pertencem ao grupo denominado “agricultura familiar”, termo mais utilizado no Brasil, para agricultura pequeno porte. Desde 1995, esta veio conquistando espaço nas políticas públicas, desde o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) até chegar na Lei da Agricultura Familiar. Também são considerados como nesta política, os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas, os pescadores artesanais e os indígenas entre outros que praticam agricultura ou extrativismo (Cf. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

Sabourin, (2009) distinguiu a agricultura brasileira em dois modelos: a) Produção agrícola de natureza familiar é frequentemente associada ao manejo coletivo de recursos naturais comuns (terra, água, pastos) ou a redistribuição dos fatores de produção (sementes, trabalho, ‘saber fazer’) mediante diferentes formas de ajuda mútua, de regras de acesso ou de compartilhamento destes recursos. b) A agricultura empresarial monopolizou as terras mais férteis e de maiores condições para mecanização (p.23).

Os FRS situam-se na primeira concepção como uma forma de resistência da agricultura familiar, evitando ser destruída pela produção empresarial (capitalista).

Outro grupo, no mundo rural refere-se aos assentamentos da reforma agrária organizados inicialmente pelo MST e depois juridicamente pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) depois de longos períodos de negociação. Na primeira fase, as famílias vivem em “acampamentos” passando por muitas dificuldades, mas, aprendem superá-las através de sua organização, primando, por encontrar soluções coletivas e exercitar práticas democráticas. Passam a ser “assentados” quando recebem o direito de cultivar a terra na qual, as práticas coletivas, por vezes, tendem a deteriorar-se. Neste sentido os FRS se apresentaram em alguns assentamentos como uma forma de continuar o exercício de práticas democráticas, coletivas, num exercício constante para “emancipação política e humana”. Ao todo descobriu-se 13 FRS em áreas de assentamentos da Reforma Agrária, inclusive três com a participação exclusiva de mulheres.

Sobre os FRS no meio urbano, em menor quantidade, podem ser importantes em relação processos sociais emancipadores enquanto alternativas econômicas e financeiras. Por exemplo, os



do *artesanato* integra o movimento de Economia Solidária, embora apresente características distintas dos demais, pois, muitos que vivem do artesanato não são grupos coletivos e nem se pautam pelos princípios cooperativos, haja vista, o trabalho tem um viés artístico e individual próprios.

Exemplo deste um FRS em Carajás (PA), origina-se “da necessidade das costureiras em adquirir máquinas de costura para a produção, e a constituição do FRS se deu a partir de recursos próprios da entidade através da coleta de porcentagem do resultado da comercialização”. Foram 17 projetos e movimentou recursos próprios de R\$ 20.000,00, em 2013. O outro, em Luziânia (GO) a partir de 2010, na área urbana e “teve início com o incentivo do projeto com bazares da Cáritas Arquidiocesana de Brasília.”

Os *FRS de Fomento* são geridos por entidades da sociedade civil de um âmbito maior que o nível local ou comunitário (Cf. Introdução). Quanto aos FRS de fomento apresentados nesta seção, selecionou-se um conjunto de 28 tendo, como critério de serem geridos diretamente por entidades, sejam religiosas, de assessoria de técnica ou organizações de fomento à Economia Solidária. Estas entidades exercem um papel mobilização, articulação e formação pedagógica para a criação de FRS comunitários inclusive.

Por exemplo, em Cuiabá (MT) o Fundo Rotativo do Centro de Comercialização de Economia Solidária foi criado “através da necessidade dos grupos de empreendimentos que queriam trabalhar, mas não tinha dinheiro para comprar a matéria-prima”.

Outro conjunto refere-se aos 17 FRS gerenciados diretamente pelas Cáritas ou entidades religiosas nas dioceses da Igreja católica, em nível regional ou estadual. Geralmente são FRS de maiores volumes e contam como fontes de recursos as ONGs da cooperação internacional ou de programas governamentais. A gestão dos FRS é confiada a uma equipe específica que analisa os projetos solicitantes, além da análise, muitas vezes faz o acompanhamento dos empreendimentos apoiados.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

Esta última parte não pretende encerrar o debate, mas contribuir com uma síntese apresentando alguns pontos considerados importantes e modestas considerações para a continuidade do estudo.

Um dos pontos importantes a considerar é que os FRS são parte inerente dos movimentos sociais populares no Brasil, que ascenderam após o fim dos governos ditatoriais. Além disto, acrescenta-se que a “solidariedade” que os permeia e impulsiona consiste numa racionalidade alternativa à lógica da concorrência, da dominação e da exclusão social. Neste sentido, os FRS são organizações populares, que encontram nas finanças alternativas, formas de sobrevivência e resistência ao poder hegemônico, dominador e excludente das finanças capitalistas.

O “solidário” acrescentado a Fundos Rotativos, Finanças e Economia não é um mero adjetivo, mas um substantivo, a partir de aspectos concretos como financiar atividades econômicas (produção, comercialização serviços, etc.), empreendimentos coletivos, de cooperativas, associações agroecológicas, alternativas ao capitalismo. Além disto, um dos aspectos é que o capitalismo (incluindo o setor financeiro com toda sua força hegemônica), não consegue impor-se ou determinar todas as relações sociais. Embora relevante, esta solidariedade por si mesma não parece ser suficiente, se não estiver alinhada um projeto societário emancipador de humanidade que se constrói cotidiana e concretamente nas lutas e experiências históricas da classe trabalhadora.

Os FRS se caracterizam como “iniciativa financeira”, no sentido de suprir as necessidades de crédito para fomento de atividades econômicas de grupos sociais mais vulneráveis. Porém acrescentam o “político”: como “organização popular” ou “movimento social” para a emancipação política e humana destes grupos envolvidos. Os FRS contribuem mais como estratégias para atender demandas sociais básicas para a sustentabilidade e sociabilidade destas comunidades e grupos. Dito de outro modo, são iniciativas financeiras, em que diferenciam-se de outras modalidades microfinanceiras pelo caráter autogestionário, o envolvimento dos participantes: o “FRS é deles” sem a interferência direta de Bancos, empresários ou governantes. Assim, o crédito exercido nos FRS é um “meio” e não um fim em si mesmo.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Outro ponto fundamental é a diversidade e multiplicidade de atores sociais envolvidos nos FRS e nisto se manifesta sua originalidade em relação às demais iniciativas de Finanças Solidárias. Outra diferença é a de atender demandas simples e básicas, efêmeras por vezes. Via de regra, por estes fatores estão mais propensos à fragilidades e riscos. Somando-se a dificuldades dos processos gestionários que implicam participação e decisão democrática no uso dos recursos comuns. Por outro lado, os FRS de Fomento implicam uma complexidade maior na sua gestão, e com isso um certo “distanciamento” dos participantes e o entendimento destes que os recursos “não são seus”.

Por último, a viabilidade dos FRS como instrumentos de finanças solidárias depende principalmente da construção de redes sociais e políticas horizontais (redes ou fóruns) destes movimentos, entidades e organizações não governamentais nestes territórios⁹. É a “rede social que os viabiliza” (Scherer-Warren), isto é, a articulação de movimentos sociais, sindicatos e associações, com práticas anteriores, próximas e similares aos atuais FRS. Esta articulação em rede é que se mostra fundamental para sustentação e viabilidade dos FRS.

A emancipação política é um passo importante e necessário, e os FRS, como parte inerente dos movimentos sociais, revelam que estão numa luta constante para esta emancipação, com o risco de se perpetuar uma dependência. Embora seja uma emancipação condicionada e limitada pelo “Estado burguês” ou a serviço do capitalismo e dos capitalistas como pontuou Marx desde o início de seus trabalhos teóricos: “A emancipação dos proletários é obra dos próprios proletários”, onde o trabalho alienado e alienante deixaria de existir para dar espaço ao trabalho criativo e construtor do ser humano. Neste aspecto as finanças têm um papel dialético: pois contribuem para o fortalecimento do capitalismo, ou podem fomentar iniciativas populares. Que melhor se fora traduzidas como “solidariedade emancipadora” tendo em vista que é uma Utopia, sempre em construção.

⁹ Avanço muito importante para esta perspectiva de articulação em rede de FRS aconteceu no 3º Seminário Nacional, em Brasília, dias 25 e 26 de setembro de 2016.



VI. Bibliografia

Bensaid, D. Apresentação In:Marx, K. (2011) *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo: 9-29.

Cartilha *Fundos Solidários: Contribuição sobre histórico, constituição e gestão*. Finanças Solidárias. Elaboração Projeto Fundos Solidários/Região Sul. CAMP e SENAES. Agosto de 2012.

Fundos Solidários e a caminhada para seu reconhecimento e valorização. Caritas Brasileira. Disponível em: http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383061597Cartilhawebfundos_solidarios.pdf > Acesso em 15 junho 2015

Gonçalves, A. F. (2010). A História dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba: A Construção Político-Institucional de uma Política Pública. *Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios*, Recife, v. I, n. 1, fev. 2010.

Gussi *et. Al.* (2012), A Experiência de Fomento Público a Fundos Rotativos Solidários no Nordeste: O Caso da Rede Bodega. *Mercado de Trabalho* n. 50 IPEA. Fev. 2012. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3907/1/bmt50_econ03_aexperiencia.pdf > Acesso em 16 maio 2015

Lessa, S. (2007). A emancipação política e a defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, v.28, n.90, jun. 2007: 35-57

Marx, K. (2011) *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2011

Marx, K. (2008) *Contribuição a Crítica da economia política*: 2.Ed. São Paulo: Expressão Popular.

Marx, K. (2011) *Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Minella, A. Análise de Redes Sociais, Classes Sociais e Marxismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out 2013, Vol. 28 n.83:185-242.

Mizruchi, M. S. (1996), “What do interlocks do? An analysis, critique, and assessment of research on interlocking directorates”. *Annual Review of Sociology*, 22: 271-298.

Molina, J. L. & Schmidt, S. (2003), “El Análisis de redes sociales en Hispano América: presente y futuro”. XXIII Conferencia Internacional de Análisis de Redes Sociales en Cancún (México). Disponível em <<http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/Presente%20y%20futuro.htm>>, consultado em 17/7/2006.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Nantes, J. P. D. & Scarpelli, M. (2011) Elementos de gestão an produção Rural. In: *Gestão Agroindustrial*. São Paulo: EdUFSCar:630-664

Oliveira, M. do S. L. (2011) *Os Espinhos, as Flores e os Frutos do Mandacaru*: As Transformações na Configuração Social de uma Comunidade Rural Camponesa a Partir da Intervenção de Atores Externos. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

Rahmer, B.S. (2015) *Vencer Juntos*. Disponível em: http://vencerjuntos.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=9
Acesso em: 15 junho 2015.

Rego, W. L. & Pinzani, A. (2013) *Vozes do Bolsa Família*: Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp.

Sabourin, E. (2009) *Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamound.

Scherer-Warren, I. (2008) Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, p. 505–517, 2008.

Scott, J. (1988) Social network analysis and intercorporate relations. *Hitotsubashi Journal of Commerce and Management* 23(1988):53-68.

Sen, A. (2000) *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Swedberg, R. (1990), “International financial networks and institutions”. *Current Sociology*, 38 (2/3): 259-325.